

Assim é fácil

A Celesc realizou um plebiscito sobre a mudança de horário na sede e mascarou o resultado, para impor sua vontade. A maioria das pessoas escreveu ser favorável à continuidade do horário móvel. O horário fixo advém da falta de companheirismo das pessoas que não cumprem horário e da falta de responsabilidade da maioria dos chefes. Para retornar ao horário móvel é necessário que cada um cobre do seu chefe uma forma de efetuar este tipo de horário na divisão, aumentando a mobilização para que ainda em fevereiro retorne o horário móvel para todos.

De olho no orçamento

Dia 17 de janeiro acontece um seminário para discutir o orçamento da Fundação Celos. Para o seminário que acontece no auditório Milan Milash, na Central, estão sendo convocados todos empregados.

Mais ações contra venda

O deputado estadual do PT, Vilson Santin, entrou com uma ação popular com o objetivo de anular o decreto que autoriza a venda à iniciativa privada de ações da Celesc, Telesc e Besc. Santin argumenta que este tipo de projeto deve ser aprovado pela Assembleia Legislativa. Kleinubing apenas anunciou que vai vendê-las através da Secretaria da Fazenda.

Unanimidade catarinense

Uma pesquisa realizada pela empresa Mapa sobre os serviços públicos no Estado mais uma vez confirmaram a confiança e admiração da população pela Celesc: 73% dos entrevistados acha que os serviços prestados pela empresa é bom ou excelente. Este índice é dos mais altos obtidos pela pesquisa e são praticamente iguais aos do ano passado. Para todas estas pessoas a privatização com certeza seria um péssimo negócio para o Estado.

Nº 254
06/01/94

LINHA VIVA

Canetaço

Itamar cria por decreto estrutura que muda perfil do Setor Elétrico

O presidente Itamar Franco criou, dia 22 de dezembro, por decreto, o Sintrel (Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica), concluindo assim um projeto do governo Collor (cuja versão se chamava Ense). Como tudo que é feito por decreto, o Sintrel também não passou por nenhum tipo de debate na sociedade e nem entre os que conhecem o assunto.

Pelo decreto, a Eletrobrás centralizará a administração do Sintrel, coordenando a "definição e operacionalização das condições de acesso e de utilização desse sistema por parte de empresas concessionárias e de auto-produtores que a ela se integrem". Na prática o decreto dividiu o sistema interligado brasileiro em três categorias: produção, transmissão e distribuição.

A Eletrobrás tem 90 dias para definir a malha básica do Sintrel e regulamentar a matéria. Aliás, curiosamente, no decreto, o presidente Itamar dedica um amplo parágrafo à definição do que é um "autoprodutor".

Os argumentos do governo ao "decretar" o Sintrel são de que o sistema elevará a competitividade entre as geradoras, acelerará o processo de atração de investimentos privados na área de geração (já que todos terão amplo acesso à rede de transmissão), e incentivará a entrada de novos financiamentos para o setor elétrico.

Mas o governo não fala das repercussões futuras da criação do Sintrel. Com ele o país deixará de gozar de um sistema de geração hidráulica interligado. No sistema interligado fica assegurada a continuidade e eficiência do fornecimento, garantido pelo sistema

de várias usinas. Hoje se uma usina tem sua produção afetada, outra usina se encarrega de atender aqueles consumidores. Ou seja, elas se complementam. Mas o governo quer que elas disputem umas com as outras.

Para o bolso do consumidor as desvantagens são óbvias. Os preços da energia hoje são baseados num custo médio nacional e poderiam aumentar muito nas regiões menos lucrativas.

Para João José Cascaes Dias, diretor do Sinergia, "além da centralização pela Eletrobrás, o decreto causa muitas preocupações". Um exemplo é o caso dos grandes consumidores que "passariam a pagar, além do transporte - "socializado" pelo Sintrel - apenas o custo de produção de usina selecionadas (aquelas mais baratas, já amortizadas e depreciadas). O consumidor comum continuaria pagando a média dos custos ... das unidades que restariam do processo de privatização". Finalmente Cascaes lembra que "os rios são públicos. A privatização de recursos naturais associados a serviços essenciais da população, estimulada por decretos encomendados e ameaçada radicalmente na revisão constitucional, é economicamente cartorial e criminosa em termos de desenvolvimento e autodeterminação do país".

Volta atrás

O governo recuou: não será mais exigida a declaração de bens e rendas dos funcionários de estatais e serviço público. A Eletrosul, em Correspondência Interna, anunciou o fato dizendo que apenas aqueles que exerceram ou exercem cargo de confiança a partir de 11.11.93 são obrigados a apresentar a declaração, até 31 de janeiro. O fato serviu porém para demonstrar mais uma vez que às vezes a direção da empresa é mais realista que o rei.

Debate no Sul

Dia 18 de dezembro foi realizado em Capivari (Tubarão) um debate sobre a privatização do setor elétrico. O evento idealizado e transmitido pelo radialista Salmon Flores, da Rádio Super Santa, contou com a presença dos sindicalistas José Nazareno Correia, José Fontoura Dutra Jr. Delman Ferreira, Mauro Passos, João Cascaes Dias e Matusalém dos Santos. Apesar de terem sido convidados empresários e políticos, apenas o deputado Milton Mendes (PT) compareceu ao debate.



Itamar Franco

Eletricitários do Sul do estado definem filiação à CUT

O Sindicato dos Eletricitários do Sul de Sc deverá se filiar brevemente à Central Única dos Trabalhadores, CUT. Esta foi a indicação da consulta plebiscitária realizada pela direção da entidade entre os dias 14 e 16 de dezembro.

957 eletricitários (60% dos 1577 filiados) responderam a duas perguntas: "o sindicato deve filiar-se a uma central sindical?" e "em caso positivo a qual das centrais". A opção pela filiação foi feita por 763 trabalhadores, dos quais 691 apontaram a CUT como pre-

ferida, 30 escolheram a Força Sindical e 21 votaram na Central Geral dos Trabalhadores.

O Sindicato representa os trabalhadores da Celesc, Eletrosul, cooperativas de eletrificação rural e empresas de força e luz da região sul. Segundo a direção estadual da CUT, "esta adesão à Central sempre foi aguardada com ansiedade, pois representa a participação de um dos setores mais organizados e combativos dos trabalhadores catarinenses.

Kathya vence eleição com apoio da Intersindical

A funcionária da Celesc Kathya Rosângela Silva é a mais nova integrante do Conselho de Administração da empresa, cargo que ocupará por dois anos. Kathya, que teve o apoio da Intersindical, irá representar os empregados naquele conselho. Ao comentar a eleição a nova conselheira disse que achou o resultado "ótimo e reflexo da credibilidade da Intersindical junto à categoria que leva a sério as propostas dos sindicatos. A vitória foi da Intersindical. Agradeço a todas pessoas que votaram em mim". Ao assumir, seu primeiro

passo será descobrir quais são as intenções da empresa em diversos assuntos como privatização, mudança do sistema de aposentadoria e revisão constitucional e repassar estas informações para a categoria. "Um dos meus objetivos é defender o setor da privatização".

O resultado oficial das eleições ficou assim: Kathya Rosângela Silva = 1.408 votos; Timóteo Moraes Garcia = 1.104 votos e Marcondes Mendes da Silva = 849 votos. A data da posse ainda não foi marcada.

DRH-Celesc contesta matéria sobre segurança no trabalho

O chefe do Departamento de Recursos Humanos da Celesc, Carlos Vicente Sampaio, enviou carta ao Linha Viva comentando matéria publicada na edição nº 252 sobre irregularidades nas empreiteiras que trabalham para a empresa. Segundo Sampaio, a DVSM (Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho), órgão normativo e orientador da Celesc, "não tem medido esforços para sanar os problemas que se apresentam", tanto que as exigências legais previstas pela CLT e as principais normas regulamentadoras da Portaria 3.214 (da Se-

cretaria de Segurança e Medicina do Trabalho) foram transformadas em cláusula nos contratos de prestação de serviço e/ou execução de obras que a Celesc firma com empreiteiras. O chefe do DRH diz ainda que "em 1993, os técnicos de segurança da Celesc realizaram 219 inspeções às frentes de trabalho das empreiteiras, com emissão de relatórios, constatando as irregularidades e solicitando providências aos órgãos contratantes, sob pena de cancelamento dos contratos."

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques, Sovenir Mácio Dias e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Casel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Somazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Abastecimento de carvão para Eletrosul está sob suspeita

Há algum tempo as vendas de carvão para as usinas da Eletrosul estão sob suspeita. E os fatos ocorridos nas duas últimas semanas reforçam as denúncias que a Intersindical vem fazendo há meses. Dia 21 de dezembro uma audiência pública - que fazia parte do processo licitatório de compra de carvão para usina de Jacuf - foi suspensa pouco antes do seu início, por ordem da juíza Vera Regina Bedin, da 3ª Vara Civil da Comarca de Florianópolis. Ela acatou liminar da Cia. Riograndense de Mineração CRM, que afirma que a Eletrosul está favorecendo a Copelmi, outra mineradora gaúcha. A questão envolve o fornecimento de um milhão de toneladas de carvão por ano (cerca de 30 milhões de dólares anuais).

Indignados com a suspensão da audiência, "agentes" da Copelmi, aos berros, se insurgiram contra a liminar, atrapalhando inclusive o trabalho dos funcionários da sede da Eletrosul, onde a audiência se realizaria. Os empregados irritados com tantos gritos passaram a vaiar os inconformados com a sentença da juíza.

De outro lado, o Procurador Geral da República, Rui Sulzbacher, que há meses examina os contratos de fornecimento de carvão das grandes mine-

radoras para o Complexo Jorge Lacerda, está pensando em mover uma ação para suspender o pagamento da Eletrosul para estas empresas, pois as quantias estão superfaturadas. Além disso Sulzbacher suspeita que os contratos entre a Eletrosul e as mineradoras são ilegais, uma vez que foram firmados sem licitação, o que caracteriza a criação de um cartel de fornecedores de carvão.

"Estes dois episódios - Jacuf e Jorge Lacerda - trazem consigo uma triste constatação: a empresa resiste aos novos tempos", conclui Mauro Passos, presidente do Siner-

gia. "Estamos vivendo um momento de CPI de Corrupção, prisão de PC, de limpeza total do país. Mas a Ele-

trosul, em vez de se abrir para esclarecer e depurar os dois processos, resiste".



Cisat fecha o ano com balanço de atividades positivo

Depois de fechar 1993 com saldo positivo na balança de atividades, a Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador - Cisat quer ampliar suas atividades e promover diversos cursos e seminários em 1994, além de aprofundar suas relações com sindicatos e outras instituições da sociedade civil. Isso se for superada a crise financeira que abalou a Comissão no final do ano.

Dificuldades à parte, o balanço realizado no final do ano pela Cisat registrou que "o debate e as ações em saúde do trabalhador ampliaram-se muito no estado, e não só no meio sindical como também no meio institucional". A criação dos Programas de Saúde do Trabalhador do es-

tado e do município de Florianópolis, a aproximação e a possibilidade concreta de trabalho com a Fundacentro, Delegacia Regional do Trabalho e Ministério são exemplos da grande atividade da Cisat no ano que passou.

Na área sindical, a Cisat conseguiu iniciar um trabalho de assessoria junto a vários sindicatos, ampliando consideravelmente a área de atuação da Comissão.

Mas como nem tudo pode ser perfeito, a Cisat avalia que se afastou um pouco dos debates pela criação dos Conselhos Populares de Saúde, que nasceram praticamente de dentro da Comissão e do Fórum Popular de Saúde. "Isso enfraqueceu o debate político e mesmo a partici-

pação no seio da Cisat. É fundamental rearticularmos a integração com o Fórum e os Conselhos de Saúde", diz o balanço.

A avaliação dá conta também de que "as mudanças na coordenação política e assessoria da Cisat prejudicaram parcialmente a continuidade das atividades. Tivemos algumas dificuldades em desenvolvermos um trabalho mais articulado".

Para 94 o objetivo é a Cisat definir melhor o seu perfil e a marca de sua atuação. "Será importante consolidar o trabalho desenvolvendo uma organicidade e dinamismo maior e melhorar a estrutura, garantindo fontes de recursos".

TRIBUNA LIVRE

À Redação do Jornal Linha Viva

Luiz Carlos Lopes
Administrador Reg. Tubarão/Celesc

Prezados Senhores,
Lamento profundamente a versão que o "Linha Viva", veiculou na edição nº 251, do dia 09.12.93.

Utilizou-se daquele espaço para lançar uma densa nuvem sobre meu caráter e quicá o da Celesc.

A admissão acusatória, sem a apuração robusta da verdade, empobrece o jornalismo, poderosa arma delineadora de opinião de seus leitores.

O ordenamento jornalístico repele as acusações infundadas, por melindrar a si e ao exercício de nobre profissão, como atuante fiscal da sociedade.

Assim, é imperioso elucidar-se os fatos, pois foram distorcidos, e ou, no mínimo, propositadamente omitidos em parte toda a sua verdade, levando celesquianos a firmarem um falso juízo.

A verdade é que não me utilizei de veículos da empresa para benefícios particulares.

Como notório, no dia 05.12.93, realizou-se em Joaçaba o Vº Torneio Esportivo e Cultural da FAEC, sendo que para lá me dirigi e aproveitei a oportunidade para conceder uma carona à minha esposa, que tinha viagem aérea inadiável naquela data.

Seria ilógico, levá-la à Florianópolis retornar à Tubarão, e novamente fazer o mesmo trajeto rumo à Joaçaba.

Acredito, que tal procedimento não desborda dos limites do ético, nem tampouco atípico, ainda mais que o combustível e demais despesas correram às minhas expensas.

Espero, assim, ter esclarecido a Vossas Senhorias, pois a matéria lançada em memorial, foi lesiva à minha honra e sem considerar o meu comportamento digno e decente, enquanto empregado da Celesc.

Sem mais para o momento, subscrevo-me

Atenciosamente

Nota da Redação: O Linha Viva mantém as informações publicadas sobre o uso indevido de dois carros da Celesc de Tubarão para transporte de familiares e bagagens do senhor Luiz Lopes, administrador daquela regional, e continua aguardando esclarecimentos da direção da empresa sobre o episódio.



Programação do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura até a próxima quarta-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio do Sindicato com o CIC.

De 06/01 (quinta) à 09/01 (domingo)

Às 19h30min e 21h30min

Como água para chocolate

De 10/01 a 12/01

Às 21h30min

Resenha

Como água para Chocolate. México, 1992. Do fogão já vieram alguns títulos que foram sucesso no cinema: A Festa de Babete e Tomates Verdes Fritos, por exemplo. Agora, vem do México a receita que tem batido recordes de bilheteria em todo o mundo, num filme não falado em inglês. A história começa em 1910, numa região mexicana próxima do Texas. O país está sob a revolução de Pancho Villa mas na casa onde se passa a ação do filme quem manda é Mama Elena. Ela tem três filhas e a mais nova, Tita, conforme a tradição, não deve se casar para poder cuidar da mãe na velhice. Justamente ela que está apaixonada por Pedro, um vizinho... Começa, desse desenlace, uma farfândola de acontecimentos, onde o realismo mágico tem lugar preponderante. *Realização de Alfonso Arau. Roteiro de Laura Esquivel. Imagens de Steven Bernstein. Música de Leo Brower. Intérpretes: Marcos Leonardi, Lumi Cavazos, Regina Torne, Claudette Maille e Mario Ivan Matinez. Duração 1h50min.*

Vereadores derrubam Orçamento Participativo

Agindo como inimigos da democracia, vereadores da União por Florianópolis barraram as definições de prioridades vindas das comunidades para garantir seus currais eleitorais.

Os vereadores de Florianópolis - ou pelo menos a maioria deles - simplesmente ignoraram o processo de Orçamento Participativo que envolveu as comunidades da capital em 24 plenárias e diversas discussões para definir as prioridades de investimento da cidade. Eles impuseram mais de 400 emendas no projeto elaborado pelo Conselho do Orçamento Participativo e encaminhado à Câmara pelo Executivo, descaracterizando completamente as prioridades dos florianopolitanos.

O processo de aprovação foi tumultuado na Câmara. As sessões dedicadas ao assunto foram sempre acompanhadas por manifestantes de comunidades que defendiam a aprovação da proposta participativa. Na contrapartida, a maioria conservadora (16 dos 21 vereadores) deitou e rolou propondo emendas e mantendo-as em um inédito e suspeito sigilo. Durante as manifestações não faltou quem jogasse moedinhas para os parlamentares.

A mutilação do projeto chegou ao extremo de extinguir o indexador do orçamento, ou seja, os valores do orçamento não serão corrigidos, o que faz com que os números caduquem em poucos meses tornando o prefeito refém da Câmara. A supressão do indexador foi proposta do vereador Miguel Sedrez (PFL) e obrigará o prefeito a pedir sucessivas suplementações aos vereadores, até para pagar o funcionalismo.

CAUSA PRÓPRIA - Outro absurdo: a Câmara, com seus 300 funcionários, abocanhou 16% do orçamento para suas despesas próprias, enquanto que a secretaria de educação, como um efetivo de



mais de 600 professores e atendendo 20 mil alunos, ficou com apenas 18% do total. Na proposta do Orçamento Participativo as prioridades seriam educação (25%), saneamento (24,10%), pavimentação (21,50%), saúde (10%) e habitação (8,90%).

A maioria das quase 500 emendas dos vereadores são de subvenções sociais, que significam doações a instituições e entidades. A tradução mais conveniente para as "subvenções" pode ser manutenção de "currais eleitorais". As subvenções sociais, no orçamento federal, foram a porta aberta para a corrupção encontrada pela gang dos "sete anões".

NOVIDADE - A ideia do Orçamento Participativo, segundo o secretário de Planejamento de Florianópolis, Romeu Darós, é tirar a definição sobre os investimentos da prefeitura de dentro dos gabinetes, colocando-a nas mãos da própria comunidade. O Orçamento começa a ser discutido em reuniões de comunidades que definem prioridades - a capital foi dividida em 12 regiões - e elegem delegados para o Conselho do Orçamento Participativo que define as prioridades das prioridades, adequando-as ao dinheiro disponível. O Conselho é o responsável pela forma final da proposta de orçamento, sempre assessorado pela secretaria de Planejamento.

A proposta de Orçamento Participativo vem sendo aplicada com sucesso em várias cidades, entre

elas Porto Alegre, onde há cinco anos as comunidades divididas em 16 regiões definem como vai ser gasto o dinheiro público. O prefeito Tarso Genro (PT) considera o Orçamento Participativo "um importante avanço na tentativa de constituir uma nova esfera pública, não estatal, crítica, de controle e indução do Estado". Segundo ele é uma inversão política "não estatizante, mas civilizadora do Estado".

VAI CONTINUAR - Outra grande surpresa do processo de definição do orçamento da prefeitura de Florianópolis foi o fato do prefeito Sérgio Grando (PPS) ter sancionado o orçamento com a forma dada pela Câmara. Havia, inclusive entre as lideranças comunitárias, a expectativa de que ele vetaria o projeto, reabrindo a discussão com os vereadores. No entanto, Grando preferiu apenas abrir espaço para negociar um indexador para o orçamento, frustrando os que atuaram no processo participativo.

A prefeitura garante que mesmo com a derrota deste ano, a ideia de Orçamento Participativo vai continuar sendo desenvolvida e já se prepara para as discussões do orçamento de 95. A expectativa é que a participação popular se amplie e aumente a pressão sobre os vereadores e que a comunidade realmente possa decidir para onde vai o seu dinheiro.